

TERMO DE REFERÊNCIA**1) DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “a”, da Lei nº. 14.133/2021)

1.1 Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de coffee break durante a abertura do 2º Fórum Regional de Turismo da Região Turística Angra Paulista, que integrará também a programação da 1ª Semana do Turismo de Paranapanema, realizada em parceria com a Câmara Técnica de Turismo do Consórcio Intermunicipal do Alto Vale do Paranapanema – AMVAPA, no Auditório da APPA, localizado no Distrito de Campos de Holambra, município de Paranapanema/SP, para atendimento de aproximadamente 100 (cem) participantes.

1.2 Natureza do Objeto: O objeto possui natureza de fornecimento de bens e serviços de apoio a evento institucional, compreendendo a disponibilização de alimentos, bebidas não alcoólicas, utensílios, montagem e serviço de atendimento ao público participante.

1.3 Descrição e Quantitativos: As especificações detalhadas e os modelos encontram-se na tabela abaixo.

ITEM	DESCRIPTIVO	UNID.	QUANT.
1	COFFEE BREAK COMPLETO PARA 100 PARTICIPANTES DO EVENTO, INCLUINDO BEBIDAS QUENTES (CAFÉ, LEITE, CHÁ), SUCOS NATURAIS, ÁGUA MINERAL, SALGADOS VARIADOS E BOLOS, COM MONTAGEM, SERVIÇO E LIMPEZA FINAL.	SV	1

2) FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº. 14.133/2021)

2.1. Com base na legislação vigente, especificamente nas Resoluções Nº 53, de 28 de abril de 2023 e N.º 66, de 31 de janeiro de 2024 e na Lei N.º 14.133/2021, propõe-se uma COMPRA DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO pelo Consórcio Intermunicipal do Alto Vale do Paranapanema - AMVAPA sob os seguintes fundamentos:

2.1.1. Limite de valor para dispensa de licitação: de acordo com o

inciso II e § 2º do artigo 75 da lei n.º 14.133/2021, o limite para dispensa de licitação em Consórcios Públicos é de R\$ 125.451,18 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e dezoito centavos).

1.3. Adesão à Transparência e Legalidade: A decisão pela compra direta é acompanhada de um compromisso inabalável com a transparência e a observância das normativas legais. Todos os documentos de habilitação necessários, conforme descritos na legislação aplicável, serão apresentados para assegurar a integridade e a legalidade do processo de contratação.

3) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”, da Lei nº. 14.133/2021)

3.1. A solução consiste na contratação de empresa para fornecer coffee break completo e adequado ao público de aproximadamente 100 pessoas, com qualidade, pontualidade e atendimento padronizado, conforme as boas práticas sanitárias.

3.2. O fornecimento dos serviços de alimentação visa garantir condições adequadas de recepção e conforto aos participantes, fortalecendo a imagem institucional do Consórcio AMVAPA e dos municípios consorciados.

3.3. Benefícios Esperados:

- Garantir estrutura de hospitalidade adequada ao evento;
- Proporcionar acolhimento e integração entre os participantes;
- Apoiar a valorização e promoção do turismo regional.

4) REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021)

4.1. A contratada deverá comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica compatível com o objeto.

4.2. Serão exigidos os documentos listados no art. 62 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, incluindo:

4.2.1. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

4.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista (RFB, PGFN, FGTS, Justiça do

Trabalho, Fazenda Estadual e Municipal);

4.2.3. Relatório de Consulta Consolidada (TCU, CNJ, Portal da Transparência) de Pessoa Jurídica disponível no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

5) MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:
(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, da Lei nº. 14.133/2021)

5.1. O fornecimento deverá ocorrer no Auditório da APPA, Distrito de Campos de Holambra, município de Paranapanema/SP, na data e horário da abertura do evento, conforme cronograma oficial anexo.

5.2. O prazo de execução será restrito ao período de duração do evento.

5.3. A contratada será responsável pela montagem da mesa, fornecimento dos alimentos e bebidas e limpeza final do espaço.

5.4. Obrigações do CONTRATANTE:

5.4.1. Indicar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização;

5.4.2. Atestar a execução dos serviços;

5.4.3. Efetuar o pagamento conforme nota fiscal e atesto.

5.5. Obrigações da CONTRATADA:

5.5.1. Cumprir rigorosamente os horários estabelecidos;

5.5.2. Utilizar produtos de qualidade, dentro do prazo de validade e com acondicionamento adequado;

5.5.3. Assegurar higiene, limpeza e organização durante todo o evento;

5.5.4. Manter condições adequadas de manipulação de alimentos e atendimento aos convidados.

6) MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:
(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “f”, da Lei nº. 14.133/2021)

6.1. A gestão do contrato será realizada pelo fiscal do contrato que é designado pelo presidente do consórcio através da Portaria nº 103/2025 que utilizará as informações registradas.

6.2. Ao término da execução, o gestor deverá verificar o cumprimento

integral do fornecimento e providenciar a liquidação da despesa.

7) CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “g”, da Lei nº. 14.133/2021)

7.1. A medição ocorrerá em etapa única, mediante entrega e aceitação integral dos serviços.

7.2. O pagamento será realizado em até 05 (cinco) dias após a entrega e o atesto da nota fiscal pelo fiscal designado.

7.3. Em caso de descumprimento das especificações, o Consórcio poderá reter o pagamento até regularização.

8) FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “h”, da Lei nº. 14.133/2021)

8.1. O critério de seleção no caso da prestação de serviço após a avaliação da apresentação de toda a documentação referente à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, bem como a oferta de **menor preço global** dentre aqueles que participaram do certame, observada a qualidade e a adequação do serviço ofertado e que caracterize a proposta mais vantajosa ao Consórcio.

8.2. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de **dispensa de licitação por compra direta**, com fundamento na hipótese do inciso II e § 2º do artigo 75, da Lei nº 14.133/2021.

9) ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”, da Lei nº. 14.133/2021)

9.1. O valor médio global estimado para prestação de serviços gráficos para o Consórcio é de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para o período de 20 dias.

9.2. A estimativa do valor fundamenta-se na análise dos dados da referida aquisição em outros órgãos governamentais e na projeção orçamentária para o exercício de 2025.

9.3. Foi realizada a pesquisa de preço no site www.pncp.gov.br para conhecimento dos valores recentes contratados nos órgãos públicos referente ao objeto deste termo

9.4. Para fins de instrução processual, optou-se por descrever apenas as características técnicas do objeto, deixando a apuração do preço para a fase de apresentação de propostas e negociação, nos termos dos parâmetros previstos no art. 23, § 1º, inciso I e § 2º, inciso III da Lei n.º 14.133/2021, buscando assegurar a vantajosidade e a seleção da proposta mais adequada por meio da competição entre licitantes.

10) ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, da Lei nº. 14.133/2021)

10.1. A aquisição de materiais objeto deste termo enquadra-se na gestão orçamentária do Consórcio Intermunicipal do Alto Vale do Paranapanema - AMVAPA, conforme previsto no planejamento orçamentário anual e alinhado aos princípios de responsabilidade fiscal.

10.2. A prestação de serviços será custeada com os recursos próprios previstos no Orçamento do Consórcio Intermunicipal do Alto Vale do Paranapanema – AMVAPA, exercício 2025 na seguinte rubrica orçamentária:

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

11) ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, ANÁLISE DE RISCOS E PARECER JURÍDICO.

11.1. Dada a baixa complexidade do objeto, e nos termos do art. 72, inciso I da Lei nº 14.133/2021, dispensa-se a elaboração de Estudo Técnico Preliminar, análise formal de riscos e parecer jurídico, sem prejuízo de que todas as informações essenciais encontram-se registradas neste Termo de Referência e demais documentos do processo.

Piraju, 07 de outubro de 2025.

Lair Antonio Azevedo Silva
Coordenador